

O uso de novas tecnologias na educação:

desafios, alternativas e avanços no campo da educação bilíngue para surdo

Diléia Aparecida Martins

Alexandre Ricardo Pepe Ambrozini

Como citar: MARTINS, Diléia Aparecida; AMBROZINI, Alexandre Ricardo Pepe.

O uso de novas tecnologias na educação: desafios, alternativas e avanço no campo da educação bilíngue para surdo. *In*: POKER, Rosimar Bortolini;

NAVEGA, Marcelo Tavella; PETITTO, Sônia (org.). **Acessibilidade na escola**

inclusiva: tecnologias, recursos e o atendimento educacional especializado.

Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 49-62.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-312-0.p49-62>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 3

O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS, ALTERNATIVAS E AVANÇOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

Diléia Aparecida MARTINS¹

Alexandre Ricardo Pepe AMBROZIN²

A inserção de novas tecnologias na educação se apresenta como uma temática em ascensão, na última década. No que tange ao desenvolvimento tecnológico e apropriação desses recursos na educação, conforme menciona Saviani (2007), já no período de 1969 e 1980 se pode visualizar a influência de teorias que apregoavam a utilização de recursos reconhecidos como didática tecnicista.

Nesse momento, retoma-se a pedagogia tecnicista por ser este, historicamente, o primeiro momento em que a tecnologia é inserida na educação. Nesse período, estendia-se uma visão negativa em torno da tecnologia, pois a mesma foi introduzida excessivamente na escola, transformando professores e alunos em meros executores e receptores de

¹ Prefeitura Municipal de Campinas. UFSCar - dileiamartins@hotmail.com

² Docente do Departamento de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UNESP campus de Marília - aleambrozin@gmail.com

projetos elaborados de forma autoritária, distante do contexto social dos alunos (SAVIANI, 2007, p.10).

Cury (2010) manifesta, ainda, que a ênfase demasiada nos meios de se ensinar favorecia o esvaziamento da escola, pelo uso descompromissado da tecnologia. No intuito de observar as transformações e mudanças sociais que foram inseridas na escola, a presente pesquisa investigará as possibilidades e benefícios ocasionados pelo uso da tecnologia.

Ao longo dos últimos anos, professores e profissionais da educação têm se apropriado cada vez mais de diversos recursos como meio de favorecer a aprendizagem. Seria de fato a tecnologia um entrave ou um bem para a educação?

Para além de um recurso limitador das possibilidades educacionais, a tecnologia pode ser utilizada como uma estratégia didática na interação professor-aluno-conhecimento. Retomando os conceitos estudados nas obras de Vigotski (1983), reflete-se ainda sobre o papel da interação no desenvolvimento da linguagem e da mediação no processo de ensino-aprendizagem.

As contribuições de Vigotski estão diretamente relacionadas à linha de pensamento histórico-cultural, para o qual as funções psicológicas superiores têm uma origem biológica e social. Nessa concepção, a formação da criança ocorre mediante uma situação social de desenvolvimento, através de sua participação numa realidade social (VIGOTSKI, 1983, p.23).

Nesse contexto, a interação com a sociedade concretizada em experiências de linguagem possibilita o desenvolvimento de funções psicológicas superiores. Vigotski (1983) considerava a situação da escola russa ruim e apontava os déficits e as falhas do sistema escolar, em que os professores se tornavam reformadores dos meios e formas de ensinar. Denunciava o enfraquecimento da estrutura administrativa, econômica e pedagógica e a falta de especialistas preparados para a pedagogia especial.

O desafio de fazer da escola um espaço democrático de ensino e de aprendizagem ultrapassa a barreira do tempo, instaurando-se como uma meta real, perspectiva de progresso das condições que a escola tem à disposição de seus usuários. Dentro dessa perspectiva, quais são os avanços, alternativas e desafios para o uso das novas tecnologias na educação de sujeitos surdos?

O estudo do uso de novas tecnologias na educação de surdos instiga o conhecimento a respeito das vertentes teóricas que abordam o tema, como também a ênfase dada ao assunto. Esse processo se torna essencial para refletir o uso de novas tecnologias e repensar alternativas curriculares com vistas a uma escola capaz de corresponder aos desafios atuais de ser capaz de favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

Nesse sentido, pretende-se, com este estudo, refletir sobre o uso de novas tecnologias na educação; conhecer produções científicas que contemplem o uso dessas tecnologias na educação bilíngue para surdos e apontar alternativas e avanços que seu uso possa promover.

NOVAS TECNOLOGIAS, EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS E A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE O CURRÍCULO

Segundo Pierre Lévy (1993), o conhecimento existente nas sociedades pode ser definido em oral, escrito e digital. O advento da tecnologia representa mudanças culturais nas formas de registro e pensamento que se originaram em tecnologia representa a possibilidade de interação efetiva entre pessoas que trazem consigo uma singularidade linguística, cuja característica principal é a apropriação de uma língua de modalidade visual-gestual. Dentre as tecnologias possíveis, destaca-se a existência do computador e da informática, *software*, mídias (vídeos e filmes) e internet.

Mediante o currículo e os conteúdos escolares propostos, o professor pode criar vídeo-aulas, registrar atividades, enfim, são inúmeras as possibilidades de trabalho quando se pode contar com os recursos tecnológicos e com a criatividade.

O currículo, de acordo com Goodson (1995), é formado de *metas e objetivos, conjuntos e roteiros – que por assim dizer constituem normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado –*, sendo um importante meio de conhecimento e compreensão dos processos internos da escola e de sua relação com a sociedade.

No que tange a um currículo que subsidie a educação bilíngue para surdos, além do professor, também o aluno se frustra com o que lhe é ensinado; ambos estão constantemente insatisfeitos. Entretanto, a educação inclusiva instiga mudanças no cenário escolar e na forma de organizar o currículo. Sobre essa questão, Quadros (2004, p.57) afirma:

[...] o currículo deveria estar organizado partindo de uma perspectiva visual/espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança pois a língua oficial da escola precisaria ser, desde o princípio, a língua de sinais brasileira. É a proposição da inversão, assim se está reconhecendo a diferença. A base de todo processo educacional é consolidada por interações sociais. A língua passa a ser, então, o instrumento que traduz todas as relações e intenções do processo [...] o discurso utilizado na língua de sinais utiliza uma dimensão visual que não é captada por uma língua oral-auditiva.

A luta contra propostas de *reabilitação* da pessoa surda e contra movimentos de pesquisa e produção científica de tecnologias com o intuito de “devolver” a audição tem demonstrado que um século de educação baseada no oralismo foi o suficiente para submeter crianças e adultos a sessões de tortura ininterruptas, impondo-lhes a apropriação da língua na modalidade oral, proibindo o uso de uma língua visuo-gestual (JANUZZI, 2004 p.06).

Em face do que foi exposto, observa-se a necessidade de se visualizar novos modos de apropriação das tecnologias para surdos no cenário escolar. Valentini (1999) enfatiza que, com a imersão de novas tecnologias da informação na educação, a escola incorpora elementos que favorecem um grande movimento de mudança. O comportamento, os hábitos e costumes de nossos alunos refletem, a cada dia, na escola, a continuidade da globalização em sua evolução histórica, atualmente numa nova fase, na qual o aprimoramento dos meios de comunicação e tecnologias merece destaque.

Conforme afirma Valentini (1999), até que essas transformações ocorressem o analfabetismo era contemplado mais diretamente com a alfabetização-letramento na perspectiva da leitura alfabética. Atualmente, considera-se analfabeto também aquele agente social que desconhece as mídias comunicativas e televisivas.

Diante do contexto de estudo – a educação de surdos –, esse analfabetismo presente de forma significativa na comunidade de surdos, devido às barreiras históricas provocadas pela opressão da educação oralista, representa uma necessidade de superação.

De modo específico, o ensino de português como segunda língua para o sujeito surdo ocorre de maneira diversa nas escolas de nosso país, principalmente entre os surdos mais jovens que têm revelado uma nova forma de interagir com a língua na modalidade escrita. Em decorrência do uso das mídias. A mídia comunicativa tem dentro da comunidade surda uma função particular, que extrapola a sua finalidade básica, possibilitando a muitos sujeitos surdos uma melhor interação com a língua portuguesa escrita.

A mídia é incorporada pelo aluno como um meio de comunicação, mas, ao mesmo tempo em que esse meio garante a comunicação, favorece, também, o desenvolvimento de habilidades cognitivas. Nesse processo, a língua escrita empregada é o português presente na internet em redes sociais, em um formato bem mais simples, que foge ao padrão gramatical da norma culta.

Diante desse fato, verifica-se que a apropriação da informática como ferramenta para o desenvolvimento e a aprendizagem requer uma postura do professor para a elaboração de projetos que contemplem, de forma eficaz, o conteúdo curricular.

Esse é o movimento que traz para dentro da escola a realidade do aluno, sua língua, seu modo de interagir com a sua segunda língua e seu modo de comunicação e interação com o mundo. A pesquisa pode representar muito, nesse sentido, pois possibilita reflexões a respeito da intencionalidade das ações cotidianas do professor em sala de aula, considerando a especificidade do trabalho desenvolvido na escola.

A influência positivista que ainda nos acompanha, mesmo com propostas consideradas inovadoras de concepções hegemônicas de educação, precisa ser superada também dentro da escola, de maneira que um processo de recriação deve ser instaurado no cotidiano escolar, pois

[...] essas características básicas, e outras tantas assumem suas significações específicas em função dos processos de recriação permanente dos nossos fazeres, nas circunstâncias específicas do momento e da forma como os

vivenciamos, como expressão concreta dos processos históricos mais amplos que nos formam, sejam eles culturais, sociais, familiares, políticos ou outros, e que são constitutivos de nossas identidades individuais e coletivas. (ALVES; OLIVEIRA, 2002, p.88).

Tal ideia aponta para a importância de se aprofundar o conhecimento da prática cotidiana e a percepção de como estas perpetuam a visão que temos do espaço escolar. Temos discutido as implicações do currículo na formação dos educandos, compreendendo que pensar, na prática, fazendo com que o currículo seja incorporado à vida do aluno, representa muito (se não tudo).

Ou seja, “[...] paradoxalmente é preciso desaprender para voltar a aprender” (ALVES; OLIVEIRA, 2002, p.88), para que ocorram mudanças. É necessário repensar e se dispor a mudar o que sempre foi proposto e, nesse sentido, trabalhar com um currículo que acolha as diferenças requer mais do que a observância de um discurso, requer o exercício de práticas cotidianas que correspondam às nossas intenções.

A inclusão assumiu um espaço significativo em 1990, sendo considerada como um avanço em relação à anterior proposta de *Integração* de pessoas com deficiência à rede regular. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) assegura que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. A Declaração recupera os apontamentos da Declaração de Direitos Humanos, fazendo com que a educação especial possa ser vista como parte integrante da educação como um todo.

Na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é garantido o oferecimento da educação especial como uma modalidade de ensino, preferencialmente na rede regular, disponível desde a educação infantil (de zero a seis anos) até a educação superior. (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (BRASIL, 2001), enfatizam a ação da escola, da educação como transformação da realidade, destacando-se métodos e técnicas específicas a serem adotados no ensino. Assim, a escola assumiria uma função essencial

ao buscar mecanismos capazes de favorecer a participação de pessoas com deficiência na rede regular.

Analisando a organização da Educação Especial até o presente momento, observa-se que ela vem se destacando pela aceitação da condição específica de ensino a pessoas com deficiência, principalmente após 1973, com o crescimento dos movimentos sociais nacionais e internacionais; posteriormente, com a Declaração de Salamanca (1994) e, oficialmente, no Brasil, pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB n. 9394/1996) e demais leis e decretos que a esta deram complemento.

A perspectiva, neste momento histórico, é a do acesso, considerando que todos nós possuímos diferenças que devem ser respeitadas e acolhidas. Dentre as propostas do MEC para apoio a essa atual concepção de educação da pessoa com deficiência, consideram-se como público-alvo do Atendimento Educacional Especializado alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nos termos do decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, entende-se por “[...] atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”.

Em abril de 2002, foi homologada a Lei federal nº 10.436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas, o que representou um passo no processo de participação social e a abertura de várias oportunidades respaldadas pela lei. Posteriormente, em dezembro 2005, a Lei de LIBRAS foi regulamentada pelo decreto 5.626, apresentando orientações acerca da viabilização de propostas educacionais bilíngues e para formação de recursos humanos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas conhecidas como estudo de *estado da arte* ou *estado do conhecimento* podem ser definidas como pesquisas de caráter bibliográfico e existem devido à necessidade de mapear, conhecer e discutir produções acadêmicas sobre temáticas atuais.

A presente investigação, caracterizada como qualitativa, tem como fonte de dados as produções bibliográficas de pesquisadores nacionais cadastradas no banco de teses da CAPES. A coleta de dados foi feita mediante consulta ao catálogo de pesquisa no *site* <http://capesdw.capes.gov.br>, para acesso ao banco de teses e dissertações.

A busca foi realizada mediante o uso de duas palavras-chave: *tecnologias - educação de surdos* – que direcionou a 16 resumos, sendo 13 dissertações de mestrado e apenas 3 teses de doutorado. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi efetuada a leitura dos resumos, considerando-se os seguintes itens: ano, área de conhecimento, palavra-chave, linha de pesquisa, proposta apresentada no resumo e características da instituição (privada ou pública).

RESULTADOS

Os dados da pesquisa revelam o aumento progressivo do número de publicações que abordam a temática tecnologia e educação de surdos, como se pode visualizar na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Títulos publicados por ano

Títulos	Ano
Tecnologias digitais na educação matemática de surdos em uma escola pública regular: possibilidades e limites	2009
Design em situações de ensino-aprendizagem: um diálogo interdisciplinar	2009
O recurso tecnológico no processo de letramento de alunos surdos, numa perspectiva educacional bilíngüe	2009
Surdos em ambientes virtuais de aprendizagem: primeiros contatos e primeiras impressões	2009
Tecnologia Assistiva para o ensino de alunos com deficiência: um estudo com professores do Ensino Fundamental	2009
As novas tecnologias digitais e o processo educativo e de integração dos sujeitos surdos na cidade de Manaus	2009
ACEAS: um ambiente computadorizado de ensino e aprendizagem para surdos	2008
Geometria perceptiva, arte e informática na educação de surdos nas séries iniciais	2006

Títulos	Ano
Cultura surda, educação e novas tecnologias em Santa Catarina	2005
Ouvidos silenciosos, mãos que falam: os surdos e a teleinformação	2005
Tecnologias de governo na formação profissional dos surdos	2003
Ambiente telemático de interação e comunicação para suporte à educação bilíngue de surdos	2001
As tecnologias da informação e comunicação aplicadas à educação especial: uma análise do ensino de surdos nas classes especiais	2003
As tecnologias da informação e comunicação e a construção do conhecimento pelo aluno surdo.	2003
Educação do surdo, linguagem e inclusão digital.	2003
VBIP: uma ponte entre os mundos analógico e digital - um protocolo para interligação de vídeo e computador para uso em educação a distância	1999

Embora seja possível observar que os temas nem sempre demonstram uma relação direta com o campo educacional, a área de conhecimento mais assinalada é a Educação, com sete trabalhos, seguida da Ciência da Computação, com dois trabalhos, e das demais áreas: Ensino de Ciências e Matemática, Planejamento e Avaliação Educacional, Multidisciplinar, Sociologia, Educação Especial, Ensino Profissionalizante, Ciências Exatas e da Terra, Ensino-Aprendizagem, Psicologia do Ensino e da Aprendizagem e Teoria da Computação, cada uma com apenas um trabalho publicado.

Com respeito às características das instituições, nove são universidades federais, cinco particulares e duas estaduais; destaca-se aqui que 69% das publicações se originam de universidades públicas e 31% de universidades privadas. Dentre esses títulos, existe uma quantidade de pesquisas desenvolvidas em linhas de pesquisa bastante específicas, como se verifica na tabela a seguir:

Tabela 2 - Linhas de pesquisa

Linhas de pesquisa	Quantidade de repetições
Engenharia de Software	01
Processos de Ensino e de Aprendizagem na Área de Educação Matemática	01
Design: Tecnologia, Educação e Sociedade	01
Aprendizagem e Semiótica Cognitiva	01
Novas Tecnologias em Educação	01
Educação Especial	02
Ciência, Técnica e Modernidade	01
Processos Educativos e Identidades Amazônicas	01
Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Educacionais - Ticpe	01
Educação Escolar: Políticas e Práticas Curriculares, Cotidiano e Cultura	02
Políticas de Formação, Políticas e Gestão da Educação	01
Teleinformática e Educação a Distância	01
Engenharia de Software	01
Estudos Culturais e Tecnologias de Informação e Comunicação	01

Pode-se diagnosticar a existência de certa interdisciplinaridade nessas produções, já que muitas delas se utilizam de referenciais teóricos no campo da educação, mas dialogam com áreas específicas, como tecnologia, informática, ciência, teleinformática e educação a distância, engenharia de *software* etc.

A leitura e a análise dos resumos revelam, ainda, a predominância de produções cuja finalidade era desenvolver protótipos ou realizar experiências com o uso da tecnologia em sala de aula. No quadro 1, a seguir, observa-se que o uso de tecnologias na educação de surdos tem-se caracterizado como um foco de pesquisa capaz de contribuir para a

resolução de problemas impostos à participação dos surdos na sociedade de modo geral.

Meios tecnológicos para uso na educação a distância: vídeo-aula e o uso de <i>Closed Caption</i> - legendas digitais e opcionais inseridas no sinal de televisão visando a atender ao público com surdez.
Aspectos gerais de pessoas surdas e da inserção de novas tecnologias no ensino e aprendizagem de Arte e Geometria Básica com alunos surdos
Multi-Trilhas: jogo para auxiliar a aquisição de segunda língua por crianças surdas; técnicas de Design.
A escrita como técnica, como imagem; a imagem-técnica e a cinematografia, e os dispositivos tecnológicos desse processo como uma “extensão do corpo”.
Espaços educacionais de aprendizagem colaborativa em ambientes educacionais virtuais refletem as singularidades dos surdos em ambientes virtuais – o presente estudo propõe uma análise sobre ambientes virtuais de aprendizagem, retratando os primeiros contatos e as primeiras impressões dos sujeitos surdos com essa “nova” possibilidade de comunicação.
A Tecnologia Assistiva tem-se consolidado como um campo de estudo direcionado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Engloba os recursos como uma colher adaptada, cadeiras de rodas e softwares para computador e também pode indicar serviços, como intérprete de libras.
Análise das potencialidades e os limites das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) no processo de inclusão do surdo, levando em consideração as relações sociais incentivadas ou tolhidas a partir dos seus usos.
A importância das Novas Tecnologias Digitais e o Processo Educativo e de Integração Social dos Sujeitos Surdos na cidade de Manaus, dando ênfase especial à internet e tentando fornecer uma ampla visão dessa questão.
O uso de legendas, geradas ou não por closed caption, como alternativas às informações sonoras dirigidas a grupos de surdos.
O Surdo e a informação difundida pela televisão. As tecnologias da informação e comunicação, especialmente a televisão, na educação dos surdos; estudar alguns posicionamentos e reflexões dos surdos em relação à recepção das informações mediadas pela televisão.
A introdução das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) em aulas de Matemática para alunos surdos da Educação Básica.
A educação profissional a partir dos programas de formação profissional para surdos desenvolvidos em diferentes tempos e espaços educacionais, tanto em escolas como nos movimentos surdos.

A inclusão dos computadores no âmbito da Educação de Surdos e, em especial, sobre o uso de tecnologias como ferramentas para comunicação e para apoio ao processo da aquisição tanto da língua materna (LI) – no caso, da Língua Brasileira de Sinais – quanto da segunda língua (L2) – a Língua Portuguesa.
Contribuições que as tecnologias da informação e comunicação podem trazer ao trabalho com alunos com necessidades especiais.
Subsídios teóricos e práticos para uma melhor compreensão dos principais aspectos que envolvem a utilização da língua de sinais num protótipo de ambiente computadorizado denominado ACEAS. Ele apresenta um instrumento de auxílio no processo de aprendizagem de surdos.
Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs – como recursos mediadores e/ou facilitadores na educação do aluno surdo; o discurso tecnológico e as práticas educativas escolares.

Quadro 1 - Proposta apresentada no resumo

O favorecimento da comunicação também se destaca como um elemento importante, que se torna assunto para os pesquisadores, no intuito de proporcionar o uso de recursos em sala de aula, com vistas à superação de barreiras existentes entre o professor e o aluno surdo.

O uso de computadores e *software* se apresenta como uma possibilidade, assim como o uso de legendas geradas por *closed caption*, que tem sido utilizada, inclusive, para o ensino de português para alunos surdos.

Um dado relevante é a existência de apenas um trabalho com a finalidade de estudo do uso de Tecnologia Assistiva. A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços. Seu objetivo é garantir a funcionalidade e a aquisição de habilidades relacionadas às atividades, garantindo a participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida em todos os contextos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado revela que o uso de novas tecnologias na educação se apresenta como um processo social amplo, precursor de mudanças sociais instauradas pelo progresso tecnológico.

Na educação de pessoas surdas, esse processo representa superação de barreiras pedagógicas, para o professor singularmente; um modo de operacionalizar suas intervenções pedagógicas, considerando o uso de práticas pedagógicas visuais.

Os dados coletados, em concordância com o estudo teórico, evidenciam que a tecnologia propõe o novo, muitas vezes o arbitrário, já que em um passado remoto a tecnologia era usada como medida de superação da surdez. Próteses auditivas deixaram de ser o foco dos estudos nesse campo, ganhando espaço a necessidade de superação de barreiras reais e consistentes ao acesso de pessoas surdas.

Tal qual menciona Vigotski (1983), a escola deve refletir as mudanças históricas que representam o progresso da humanidade, incorporando práticas sociais que fazem do currículo um ponto de encontro entre a realidade vivenciada pelo aluno e o conteúdo a ser estudado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. Uma história da contribuição dos estudos culturais do cotidiano escolar ao campo do currículo. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Org.). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002. p.78-102.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto n. 5.626* de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei nº. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p.39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2010.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p.245-262, jul., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010&lng=pt&nrm=i>. Acesso em: 13 maio 2008.

- GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- JANNUZZI, G. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Cadernos CEDES*, São Paulo: Cortez; Campinas: Caderno Cedes, v.26, n.69, p.141-161, maio/ago. 2006.
- SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007
- SOUZA, R. F. ; STUMPF, I. R. C. Ciência da informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, p.41-58, 2009.
- UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2010.
- VALENTINI, C. B. As novas tecnologias da informação e a educação de surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999. p.233-248.
- VIGOTSKI, L. S. *Obras escogidas: fundamentos de defectología*. Madrid: Visor, 1983. V. 5.